

PROJETO DE LEI DO PODER EXECUTIVO DE n° 329 /2013

CÂMARA M. SÍTIO DO QUINTO/BA
APROVADO
Em 03/06/2013

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal de n° 208, de 11 de outubro de 2005, para adequação à Lei Federal do que diz respeito ao Conselho Tutelar Municipal e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÍTIO DO QUINTO (BA)**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. As eleições municipais para a escolha do Conselho Tutelar Municipal de Sítio do Quinto (BA) realizar-se-á sob os seguintes critérios:

I - Os cidadãos poderão votar em apenas 01 (um) nome constante da cédula de votação, sendo nulas as cédulas que contiverem mais 01 (um) nome assinado ou que tenham qualquer tipo de inscrição que possa identificar o votante;

II - O mandato dos eleitos será de 04 (quatro) anos e as eleições serão realizadas no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao ano de eleição presidencial, seguindo a regra de unificação para todo o território nacional;

III - Os eleitos terão direito a uma recondução mediante novo processo eleitoral.

Art. 2º. Objetivando a unificação eleitoral nacional, disposta no inciso II do artigo 1º desta Lei, o mandato dos atuais conselheiros, que se encontram no ano de 2013, será prorrogada por mais 02 (dois) anos, ocorrendo nova eleição, portanto, no primeiro domingo de outubro de 2015.

BOLETO DE FEI DO BODEX EXECUTIVO DE V. 1012

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo se dá em virtude do quanto dispõe o artigo 1º da Lei Federal de nº 12.696, de 25 de julho de 2012 e da deliberação do inciso III do artigo 2º da Resolução de nº 152, de 19 de agosto de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 3º. Passa o artigo 24 da Lei Municipal de nº 208, de 11 de outubro de 2005, a conter a seguinte redação:

Art. 24. O Conselho Tutelar, composto de 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, realizará eleições no primeiro domingo do mês de outubro de cada ano subsequente ao ano da eleição presidencial.

Art. 4º. Passa o artigo 24 da Lei Municipal de nº 208, de 11 de outubro de 2005, a dispor de parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único. O mandato dos membros efetivos e suplentes será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução em pleito similar.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sítio do Quinto (BA) em
03 de junho de 2013.


Cleigivaldo Carvalho Santa Rosa

Prefeito Municipal de Sítio do Quinto (BA)

Parágrafo único. O disposto no presente artigo se dá em
virtude do que dispõe o artigo 17 da Lei Federal de nº
12766, de 25 de junho de 2012 e da deliberação do inciso III
do artigo 2º da Resolução de nº 122, de 19 de agosto de 2012,
do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CONANDA.

Art. 3º. Passa o artigo 24 da Lei Municipal de nº 208, de 11
de outubro de 2005, a conter a seguinte redação:

Art. 24. O Conselho Tutelar, composto de 05 membros
membros eleitos e 02 (dois) suplentes, realizará
eleições no primeiro domingo do mês de outubro de cada
ano subsequentemente ao ano da eleição presidencial.

Art. 4º. Passa o artigo 24 da Lei Municipal de nº 208, de 11
de outubro de 2005, a dispor de parágrafo único, com a
seguinte redação:

Parágrafo único. O mandato dos membros eleitos e
suplentes será de 04 (quatro) anos, permitida uma
recondução em pleito similar.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Rio Preto (BA) em
____ de _____ de 2013.

Cleirivaldo Carneiro Santos Rosa
Prefeito Municipal de São João do Rio Preto (BA)

JUSTIFICATIVA

Nobres Edis,

É com satisfação que venho perante esse corpo legislativo apresentar o presente projeto de lei, que dispõe sobre a alteração da Lei Municipal de nº 208, de 11 de outubro de 2005, para adequação à Lei Federal do que diz respeito ao Conselho Tutelar Municipal e dá outras providências.

A alteração na citada Lei Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências, deve ser realizada por conta das recentes reformulações na Lei Nacional de nº 8.069, de 13 de julho de 1990, mais conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Na ocasião, informamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente sofreu algumas alterações nos dispositivos que tratam do Conselho Tutelar, em geral, por conta da Resolução de nº 152, de 09 de agosto de 2012, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

As alterações tiveram início por conta da Lei de nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que tem por escopo de unificar o processo de escolha dos conselheiros tutelares em todo o território nacional.

Portanto, a adequação da Lei Municipal de nº 208/2005 à Lei Federal, ora apresentada, consiste em uma das formas de colaboração municipal.

cooperação municipal.

Federal, ora "Bressaneira" constitui em uma das formas de
político, a organização de lei municipal de n.º 308/2002 e lei
municipal.

de acordo com o Conselho Municipal em todo o território
de 13 de Junho de 2002, com o fim de promover o processo
de organização política municipal por parte de n.º 125/2002 de

direitos de crianças e do adolescente - CONAMUN.

de n.º 125/2002 de 03 de Agosto de 2002, do Conselho Municipal das
crianças do Conselho Municipal em 1997, por parte de organização
adolescente social, através de organizações não governamentais
na ocasião, informamos que o processo de crianças e do

crianças e do adolescente - CONAMUN.

de 13 de Junho de 2002, para conhecer como o processo de
crianças e do adolescente municipal de n.º 308/2002
adolescente e de outras organizações, deve ser realizado por
políticas municipais de atendimento das crianças e do
a organização de crianças por municípios, das crianças e do

Conselho Municipal Municipal e de outras organizações.

2002, para organização e lei municipal de n.º 308/2002 de 03 de Agosto de
organização de lei municipal de n.º 308/2002 de 03 de Agosto de
organização de lei municipal de n.º 308/2002 de 03 de Agosto de
organização de lei municipal de n.º 308/2002 de 03 de Agosto de

por parte de

de acordo

de acordo

AVILAS/11/11/11

Na certeza de mais uma vez contar com a laboriosa cooperação de todos os membros dessa respeitável Casa de Leis, acolhendo e processando o projeto de lei em destaque, espera que o mesmo seja aprovado o quanto antes, pelos motivos expostos acima.



Cleigivaldo Carvalho Santa Rosa

Prefeito Municipal de Sítio do Quinto (BA)

Na certeza de mais uma vez contar com a laboriosa colaboração
de todos os membros da nossa querida Casa de Deus, acreditamos
e processando o projeto de lei em questão, sempre com o mesmo
seja aprovado o quanto antes, pelas razões expostas acima.

Cláudio Cavalcanti Santa Rosa
Presidente Municipal do Estado do Rio Grande do Sul (RS)